



## FUNDAÇÃO PLURAL

### REGIMENTO INTERNO

#### Capítulo I DA COMPOSIÇÃO

**Art. 1º** Compõe a Fundação Plural os seguintes colegiados:

- I – Conselho Curador;
- II – Conselho Fiscal; e
- III – Conselho Executivo.

#### Capítulo II DO CONSELHO CURADOR

**Art. 2º** A Fundação é dirigida pelo Conselho Curador, sendo assessorado, nesta tarefa, pelo Conselho Fiscal.

**Art. 3º** Ao Conselho Curador compete:

- I - determinar a orientação geral da Fundação Plural;
- II - aprovar os planos anuais de atividades, o relatório anual e a proposta orçamentária, elaboradas pelo Conselho Executivo;
- III - julgar as contas do ano anterior;
- IV - orientar a política patrimonial e financeira;
- V - indicar, eleger e nomear os membros do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal;
- VI - deliberar sobre a aceitação de doações com encargos;
- VII - determinar, ao final de cada exercício, a parte dos rendimentos líquidos a ser incorporada ao patrimônio;
- VIII - aprovar a alienação de bens imóveis da Fundação;
- IX - deliberar sobre os casos omissos deste estatuto;
- X - aprovar a concessão de fiança e aval em assuntos do interesse da Fundação, a seu juízo;
- XI - determinar as atividades não previstas neste estatuto ao Conselho Executivo; e
- XII - O Conselho Curador poderá promover mudanças em contratos ou acordos firmados pela Diretoria Executiva mediante a unanimidade de votos.

**Parágrafo Único.** O Conselho Curador reunir-se-á e deliberará com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

**Art. 4º** O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano para aprovação das contas do Conselho Executivo e do Orçamento Anual e, extraordinariamente tantas vezes quantas forem necessárias.

**Parágrafo Único.** As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Curador-Mor ou pelo Presidente ou a requerimento de membro da Fundação aprovado pelo Presidente .

**Art. 5º** Compete ao Curador-Mor:

- I - convocar o Conselho Curador; e
- II - dirigir os seus trabalhos.

#### Capítulo III



## FUNDAÇÃO PLURAL

### DO CONSELHO FISCAL

**Art. 6º** O Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento do Conselho Curador para assuntos de gestão patrimonial e financeira.

**§ 1º** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, por iniciativa própria, por solicitação do Presidente ou por solicitação do Conselho Curador.

**§ 2º** O Conselho Fiscal reunir-se-á com todos os seus membros e suas decisões serão tomadas por 2/3 (dois terços) dos votos.

**§ 3º** Na ausência do Auditor-Mor, assumirá as suas funções o membro com mais idade no Conselho Fiscal.

**Art. 7º** Ao Conselho Fiscal compete:

- I - examinar e emitir parecer sobre o balanço e a prestação de contas anuais, apresentadas pelo Conselho Executivo ao Conselho Curador;
- II - examinar e emitir parecer sobre balancetes, sempre que o Conselho Curador solicitar;
- III - examinar e emitir parecer sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil elaborados pelo Conselho Executivo, e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- IV - emitir parecer, quando solicitado, sobre alienação ou oneração de bens imóveis; e
- V - emitir parecer, quando solicitado, sobre a obtenção de empréstimos e financiamentos de qualquer natureza.

**Art. 8º** São atribuições do Auditor-Mor, além daquelas que o Conselho Curador lhe atribuir:

- I - convocar o Conselho, ordinária e extraordinariamente; e
- II - presidir os trabalhos do Conselho.

### Capítulo IV DO CONSELHO EXECUTIVO

**Art. 9º** A Fundação é administrada pelo Conselho Executivo.

**Art. 10** Ao Conselho Executivo compete:

- I - aprovar acordos, convênios e contratos da Fundação com outras entidades, ouvido o Conselho Curador;
- II - aprovar e submeter ao Conselho Curador:
  - a) a tabela de salários e demais vantagens a serem atribuídas aos empregados da Fundação;
  - b) o plano anual de atividades da Fundação;
  - c) o relatório anual das atividades da Fundação; e
  - d) a proposta orçamentária da Fundação;
- III - aprovar a contratação dos empregados da Fundação, ouvido o Conselho Curador;
- e
- IV - aprovar as normas internas de funcionamento.

**Parágrafo Único.** O Presidente, no cumprimento das suas atribuições estatutárias tem poderes de decidir ad referendum do Conselho Curador.



## FUNDAÇÃO PLURAL

**Art. 11** Caberá ao Conselho Executivo, por meio de 2 (dois) de seus membros, assinar sempre em conjunto, documentos financeiros e contábeis, tais como: cheques, endossos, ordens de pagamento, título de crédito e quaisquer documentos que envolvam responsabilidade social.

**Art. 12** Compete ao Presidente:

I - representar a Fundação ativa e passivamente ou prover a sua representação em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição e constituir mandatários e procuradores em casos específicos;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Executivo;

III - assinar convênios, contratos, ajustes ou quaisquer modalidades de acordos com entidades públicas ou privadas ou com pessoas físicas, com o intuito de assegurar a plena realização das finalidades da Fundação, observada a orientação estabelecida pelo Conselho Curador;

IV - submeter anualmente ao Conselho Curador os salários e demais vantagens a serem atribuídas aos empregados da Fundação;

V - contratar os empregados necessários à Fundação, após a aprovação o Diretor-Financeiro;

VI - propor ao Conselho Curador questões pertinentes a direitos, deveres e vantagens do pessoal técnico e administrativo da Fundação;

VII - gerir recursos junto a entidades financeiras governamentais, paraestatais, particulares, nacionais e estrangeiras;

VIII - organizar o plano anual de atividades da Fundação e submetê-lo ao Conselho Curador;

IX - propor ao Conselho Executivo as normas relativas à prestação de serviços;

X - promover a organização do plano geral de trabalho, a elaboração da proposta orçamentária anual e a composição do quadro de pessoal, submetendo-a a aprovação do Conselho Curador;

XI - elaborar e submeter ao Conselho Curador o relatório anual das atividades da Fundação e providenciar sua divulgação, após aprovação do Conselho Curador; e

XII - realizar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho Curador.

**Art. 13** Nos impedimentos do Presidente, este será substituído pelo Secretário-Geral e, na ausência deste, pelo Diretor-Financeiro.

**Art. 14** Compete ao Secretário-Geral:

I – elaborar, submeter e propor modificações ao Conselho Executivo do Regimento Interno e das normas internas de funcionamento;

II - analisar todos os projetos submetidos à Fundação, requerendo a necessária assessoria técnica especializada;

III - acompanhar a execução dos convênios e contratos da Fundação;

IV - acompanhar os cronogramas de execução de convênios e contratos;

V - analisar todos os documentos emitidos pela Fundação;

VI - orientar os Escritórios Regionais no procedimento operacional;

VII - preparar projetos da Fundação a serem submetidos a outras entidades;

VIII - Zelar pelo formalismo administrativo e cumprimento das exigências legais a ele ligadas;

IX - elaborar as atas de reunião e demais atos administrativos dos Conselhos Curador e Executivo; e

X - realizar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente.



## FUNDAÇÃO PLURAL

**Art. 15** Compete ao Diretor-Financeiro:

- I - organizar a proposta orçamentária anual e submetê-la à aprovação do Conselho Executivo;
- II - elaborar e acompanhar as prestações de contas relativas às atividades da Fundação;
- III - elaborar, nas épocas próprias, os balanços e balancetes da Fundação;
- IV - verificar que a execução de auditoria externa se processe nas épocas próprias;
- V - supervisionar os serviços de contabilidade e finanças da Fundação; e
- VI - realizar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente.

### Capítulo IV DAS DIRETORIAS TÉCNICAS

**Art. 16** As Diretorias Técnicas são unidades subordinadas ao Presidente Fundação Plural sem autonomia administrativa e financeira, que são dirigidas por membros da Fundação nomeados pelo Presidente, com mandatos pro tempore.

**Art. 17** Os Diretores Técnicos deverão manter contato permanente com os órgãos de fiscalização e orientação profissional, atendendo as suas normas e informando-os permanentemente das atividades da Fundação, sendo os responsáveis pela manutenção das certificações junto a esses órgãos, necessárias ao bom funcionamento da Fundação.

**Art. 18** Compete aos Diretores Técnicos:

- I - examinar e emitir pareceres técnicos sobre convênios, contratos ou documentos congêneres que a Fundação pretenda assinar;
- II - serem os responsáveis técnicos das obras, serviços ou atividades junto ao órgão fiscalizador ou orientador de atividade profissional;
- III - buscar parcerias, convênios ou contratos dentro da sua área técnica; e
- IV - realizar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente.

### Capítulo IV DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS

**Art. 19** Poderá a Fundação Plural, a critério do seu Presidente instalar Escritórios Regionais nos Municípios e Estados da Federação.

**Art. 20** Compete aos membros das Diretorias Regionais:

- I - examinar e emitir pareceres sobre convênios, contratos ou documentos congêneres que a sede da Fundação pretenda assinar, relativa a sua área de abrangência;
- II - buscar parcerias, convênios ou contratos dentro da sua área de abrangência; e
- III - realizar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente.

**Art. 21** Os Escritórios Regionais são unidades descentralizadas da Fundação Plural com autonomia administrativa e financeira parciais, que são geridos por membros da Fundação nomeados pelo Presidente, com mandatos pro tempore.

**Art 22** Além do cumprimento do Estatuto da Fundação, deste Regimento Interno e da legislação em vigor, cabem ao Diretor-Regional e ao Vice-Diretor Regional o respeito aos princípios de: responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, impessoalidade na



## FUNDAÇÃO PLURAL

prestação de serviços, isonomia no atendimento aos usuários, publicidade dos atos e decisões, preservação dos bens públicos e da Fundação, e supremacia do interesse público.

**§ 1º** Os gestores dos Escritórios Regionais são total e exclusivamente responsáveis por seus atos, tanto civil como criminalmente.

**§ 2º** O Diretor Regional deverá manter contato permanente com o Ministério Público do Estado em que se localiza o Escritório Regional, atendendo as suas orientações e informando-o permanentemente de suas atividades.

**§ 3º** Falhas detectadas no cumprimento do descrito neste artigo serão investigadas pelo Ministério Público do Estado em que se localiza o Escritório Regional, a partir de denúncia a ser feita por membro do Conselho Executivo da Fundação.

**Art. 23** Os Escritórios Regionais somente tem autonomia administrativa para assinar convênios, contratos, acordos, termos e outros documentos congêneres com entes privados e entes públicos de atuação em sua área de abrangência.

**§ 1º** Os convênios e contratos deverão ser obrigatoriamente assinados pelo Diretor Regional e pelo Vice-Diretor Regional para que tenham validade legal.

**§ 2º** Convênios e contratos com quaisquer órgãos federais deverão ter a assinatura pro forma et pro domo sua do Presidente da Fundação para que tenham validade legal.

**Art. 24** Os Escritórios Regionais somente tem autonomia financeira sobre os recursos provenientes de convênios, contratos, acordos, termos e outros documentos congêneres por ele firmados, em sua área de abrangência, devendo utilizá-los para o fim a que se destinam.

**§ 1º** Recursos que por ventura venham a ser repassados pela Diretoria-Financeira da Fundação, somente poderão ser utilizados para despesas de capital e de operação do Escritório Regional.

**§ 2º** Os Escritórios Regionais, obrigatoriamente, deverão repassar, mensalmente, 10% (dez por cento) pro rata de todos os recursos obtidos, frutos de doação ou cobrança de taxa de administração, ou instrumentos congêneres, para a Sede da Fundação.

**§ 3º** Sem exceção, todas as transações bancárias dos Escritórios Regionais deverão ser feitas obrigatoriamente por meio de cheques nominais, independente se de contas próprias ou decorrentes de convênios e contratos, sendo sempre necessária a aposição das assinaturas do Diretor Regional e do Vice-Diretor Regional nos cheques.

**§ 4º** É terminantemente proibido qualquer contratação de serviços ou compra de bens sem a devida disponibilidade financeira integral, excetuando-se os serviços de fornecimento de água, luz e telefonia fixa.

**Art. 25** A execução e prestação de contas dos convênios e contratos realizados pelo Escritório Regional são total e exclusivamente responsabilidade de seus gestores.

**Art. 26** Até o dia 10 de novembro de cada ano, o Diretor-Regional apresentará ao Presidente da Fundação a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as despesas de capital e de operação.



## FUNDAÇÃO PLURAL

**Art. 27** A prestação anual de contas será feita ao Diretor-Financeiro da Fundação até o dia 10 de fevereiro de cada ano, para o que o Escritório Regional possa levantar o seu balanço geral a 31 de dezembro de cada ano, que, além de outros, conterà os seguintes elementos:

- I - balanço geral;
- II - demonstração de contas de resultado;
- III - quadro comparativo da receita orçada com a arrecadada;
- IV - quadro comparativo da despesa autorizada com a realizada.

### CAPÍTULO V DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

**Art. 28** O Secretário-Geral baixará normas internas para uniformizar a confecção, trâmite e arquivamento de documentos, bem como sobre o uso de assinatura digital.

**§ 1º** Os Escritórios Regionais deverão encaminhar cópias de todos os convênios e contratos firmados, e de suas prestações de contas, para o Presidente da Fundação, respeitando os prazos do capítulo anterior.

**§ 2º** Os Escritórios Regionais deverão encaminhar cópias de todos os documentos expedidos e recebidos por ele para o Secretário-Geral da Fundação.

**§ 3º** Os Escritórios Regionais deverão encaminhar, mensalmente, cópias dos extratos bancários de todas as contas utilizadas pelo Escritório Regional para o Diretor-Financeiro da Fundação, acompanhadas de conciliação bancária simplificada.

**§ 4º** Os Escritórios Regionais deverão encaminhar cópia da prestação de contas anual ao Ministério Público do Estado em que se localiza o Escritório Regional.

### CAPÍTULO VI DOS CONTRATOS DO PESSOAL E DO HORÁRIO DE TRABALHO

**Art. 29** A admissão dos servidores será feita de acordo com a exigência dos serviços.

**Art. 30** Os contratos dos servidores serão assinados pelo Presidente da Fundação e pelo Diretor-Financeiro, no caso dos Escritórios Regionais pelo Diretor-Regional e pelo Vice-Diretor Regional.

**Art. 31** Qualquer pessoa, a serviço da Fundação, que tenha conhecimento de matéria sigilosa, sujeita-se ao que, a respeito, esteja fixado em lei.

**Art. 32** O horário de trabalho, estabelecido de acordo com a necessidade dos serviços, assim como as atribuições e a remuneração do pessoal serão fixados nos respectivos contratos.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



## FUNDAÇÃO PLURAL

**Art. 33** É vedado a todos os Conselhos, na qualidade de órgão colegiado, manifestar-se sobre assuntos que não se relacionem com os objetivos da Fundação.

**Art. 34** Os casos omissos serão resolvidos de acordo como disposto no Estatuto da Fundação.

REPRODUÇÃO